



PROCEDIMENTO N.º 7006/2025

AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E OBRAS PARA COLOCAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTORIZADA AO ABRIGO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

PROGRAMA

**SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO MONDEGO, EPE**

Procedimento n.º 7006/2025**Aquisição, instalação e obras para colocação de Ressonância Magnética e Tomografia Axial Computorizada ao abrigo do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR)****Programa****Artigo 1.º****Identificação da entidade, do concurso e seu objeto**

1. A entidade adjudicante é a Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@ulsbm.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente Concurso e endereço de plataforma eletrónica acingov.pt.
2. O presente procedimento foi autorizado por deliberação do Conselho de Administração da ULSBM, EPE, Ata n.º 29, de 10 de julho de 2025.
3. O presente procedimento tem por objeto a aquisição, instalação e obras para colocação de uma Ressonância Magnética três tesla e uma Tomografia Axial Computorizada, para a ULSBM, EPE, no âmbito do investimento RE_C01-i10 – “Programa de Modernização Tecnológico do SNS”, enquadrado na componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), n.º 3/C01-i10/2025 e outros avisos que venham a surgir/serem aprovados em sede do programa PRR.
4. Os bens a adquirir inserem-se na categoria 33100000-1, descrita como “Equipamento médico”, constante do regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).
5. Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18.º a 21.º do CCP), adota-se o procedimento na forma de Concurso Público, com publicação internacional, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP, prosseguindo os trâmites dos artigos 130.º e seguintes do CCP.
6. O presente procedimento é conduzido por um Júri, designado, pelo órgão competente para contratar, conforme deliberação do Conselho de Administração da ULSBM, EPE, de 10 de julho de 2025, exarado na informação de pedido de abertura de procedimento, nos termos do artigo 67.º a 69.º do CCP.

Artigo 2.º**Consulta dos documentos do procedimento e respetivo procedimento**

1. A participação no presente procedimento e o acesso às peças do procedimento, está disponível através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, no endereço eletrónico www.acingov.pt.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no n.º 1 do artigo 1.º, onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 9.30 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 17.00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 3.º**Esclarecimento das peças do procedimento**

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do presente concurso, constituído por deliberação do Conselho de Administração da ULSBM, EPE.

2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a visita às instalações da ULSBM, EPE afetas ao presente procedimento, devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.
3. Os esclarecimentos serão prestados por escrito, pelo júri do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento disponíveis para consulta, procedendo-se à notificação de todos os interessados.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 4.º

Visitas e inspeção do local dos trabalhos

1. Até ao termo do prazo para apresentação das propostas, os interessados deverão inspecionar os locais de execução da obra e efetuar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.
2. Para o efeito previsto no n.º anterior, deverão os interessados solicitar à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica acinGov, a marcação da data e hora em que desejam a realização da visita/inspeção.

Artigo 5.º

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Estão impedidos de participar neste concurso, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
3. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio.

Artigo 6.º

Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercidas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento candidato não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.

3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, por forma a assumirem solidariamente as obrigações decorrentes do contrato a celebrar com a entidade adjudicante.

Artigo 7.º

Prazo

1. A data limite de entrega das propostas será até às 17:00 do 30.º (trigésimo) dia contado após a data da publicação do anúncio do procedimento no JOUE e na II.ª série do Diário da República, sob pena de exclusão, nos termos do n.º 1 do artigo 136.º do CCP.
2. Informa-se que o prazo não se suspende nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 8.º

Modo de Apresentação

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados exclusiva e diretamente na plataforma eletrónica acinGov.
2. A proposta e todos os documentos que a compõem serão assinados pelo concorrente ou seu representante legal utilizando certificados digitais qualificados.
3. De acordo com o artigo 54 da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
4. Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no ponto 1 do artigo 6.º do presente programa de concurso, deverá satisfazer os requisitos fixados no n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
5. A mera assinatura eletrónica de ficheiros de agregação ou desagregação de documentos (ex. “pdf” e/ou “zip”) ou equivalentes, que contenham vários documentos, não será admissível. Assim devem os concorrentes assinar individualmente todos os documentos constituintes do ficheiro, nos termos do número anterior.

Artigo 9.º

Proposta

1. A proposta e seus documentos devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
2. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.

Artigo 10.º**Documentos que constituem as propostas**

1. As propostas, em conformidade com o disposto no artigo 57.º do CCP, devem ser constituídas pelos seguintes elementos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, previamente preenchido pela entidade adjudicante a obter no portal da comissão Europeia, no endereço eletrónico https://single-market-economy.ec.europa.eu/index_en; assinado eletronicamente através de assinatura digital qualificada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;

b) Documento (s) que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:

a) Preços unitários por posição, sem IVA;

b) Valor global por posição e global da proposta, sem IVA;

c) Valor do contrato de manutenção após período de garantia, com peças e sem peças;

d) Memória descritiva dos equipamentos propostos, com indicação de:

(1) Marca do equipamento;

(2) Referência do fabricante e/ou distribuidor;

(3) Modelo do equipamento;

(4) Especificações técnicas dos mesmos, incluindo as necessárias para a aferição dos atributos da proposta e dos requisitos mínimos obrigatórios, indicados no Anexo I do caderno de encargos, referenciando, se possível em que ponto da proposta se pode comprovar as afirmações prestadas, acompanhada por um Catálogo/Ficha Técnica do fabricante, relativamente equipamento proposto;

Observação: As descrições apresentadas na proposta/orçamento não são válidas como fichas técnicas.

e) Prazo de entrega, expresso em dias (contados a partir da data da receção da encomenda pelo adjudicatário);

f) Planos de trabalho devidamente detalhados nas tarefas a realizar, responsabilidades e cronogramas de execução;

g) Deverá ainda apresentar:

i) Declaração do prazo máximo para a concretização da entrega/instalação e adaptação do espaço para a instalação dos equipamentos;

ii) Declaração da Certificação e Certificados;

iii) Declaração do prazo de garantia dos equipamentos propostos em anos;

iv) Declaração garantindo as manutenções preventivas aos equipamentos de acordo com o respetivo protocolo do fabricante;

v) Declaração que assegura a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes, e acessórios que integram os bens objeto do contrato;

vi) Declaração que assegura todos os trabalhos com as necessárias obras de adaptações das duas salas e serviços necessários ao arranque e bom funcionamento dos equipamentos, assim como transporte; instalação/montagem e testes, incluindo a remoção e tratamento de resíduos, materiais a aplicar e o isolamento das áreas envolventes;

vii) Declaração de suporte aos utilizadores: formação e apoio na utilização para correto funcionamento dos equipamentos;

viii) Declaração com a Indicação de software a ser utilizado na integração;

ix) Declaração com a Indicação do tipo de licenças e do número de utilizadores permitidos em simultâneo;

x) Plano e tipo de trabalhos a realizar, bem como apresentação de planta com propostas de implantação do equipamento e respetivos acessórios;

xi) Lista de todos os acessórios/opcionais a utilizar no equipamento com os respetivos preços unitários;

xii) Lista de todos os consumíveis a utilizar no equipamento com os respetivos preços unitários;

xiii) Declaração de compromisso para a realização de estudo de proteção radiológica para o equipamento de TC a instalar;

xiv) Plano de formação faseado e estruturado para os médicos, técnicos de radiologia, em ambiente clínico, em hospitais nacionais ou no estrangeiro, com a tecnologia instalada, previamente à entrada em funcionamento de cada unidade, sem custos para a ULSBM, EPE;

xv) Suporte ao licenciamento da instalação;

xvi) Declaração onde o concorrente se compromete a cumprir a disponibilidade mínima (conforme o n.º 4 da cláusula 17.ª e n.º 2 da cláusula 18.ª ambas do Caderno de Encargos).

h) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos (Anexo I a III do Caderno de Encargos), contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a saber: O preço total proposto, indicando a respetiva taxa de IVA aplicável;

i) Para além dos elencados no presente artigo, deve a proposta, nos termos da alínea a) n.º 2 do artigo 70 do CCP, cumprir os seguintes requisitos:

(1) O cumprimento do Despacho 2945/2019 de 19 de março;

(2) Nos termos do n.º 5 de suprarreferido Despacho, e sob forma excecional, pode ser aceite certidão do INFARMED que ateste a existência de procedimento de codificação em curso, nas situações em que o dispositivo não esteja ainda disponível na respetiva base de dados, de acordo com as regras previstas na Circular Informativa Conjunta nº 01/INFARMED/SPMS, 04/03/2013 concomitantemente com o diploma legal citado.

(3) À data da abertura das propostas, caso o dispositivo médico já esteja codificado pelo INFARMED, o concorrente tem que indicar obrigatoriamente na sua proposta, o código INFARMED do dispositivo médico, em conformidade com a base de dados do INFARMED. Caso o dispositivo médico venha a ser codificado durante o período em que decorre o contrato, o adjudicatário deverá obrigatoriamente enviar à ULSLA o código INFARMED do referido dispositivo médico.

(4) No caso de dispositivos com Nomenclatura Portuguesa de Dispositivo Médico e, por isso, com Código de Dispositivo Médico, os Folhetos informativos / instruções de utilização têm de permitir identificar a referência do produto, de modo a que ocorra a comparabilidade com a informação disponível no site do INFARMED quanto ao CDM e o proposto;

(5) No caso de dispositivos médicos, autorização para o exercício da atividade de distribuição por grosso de dispositivos médicos à autoridade competente – Infarmed – exigida pelo Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho.

j) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea d) do n.º 1 do presente artigo.

k) A proposta deverá ser apresentada na plataforma eletrónica, contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poder para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

l) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes. 2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para a compreensão e avaliação da proposta e/ou para indicar os termos ou condições em que se dispõe a executar o contrato.

Artigo 11.º

Idioma dos documentos da proposta

Todos os documentos que constituem a proposta (incluindo catálogos, etc.) devem ser redigidos em língua portuguesa ou, em alternativa, poderá ser apresentada em língua Inglesa.

Artigo 12.º

Propostas Variantes

Não se admite a apresentação de propostas variantes, pelo que de acordo com o n.º 7 do artigo 59.º do CCP cada concorrente só pode apresentar uma única proposta, ou seja, a proposta base, sob pena de exclusão nos termos do n.º 3 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 13.º

Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, prorrogável por iguais períodos, se nada for dito pelo concorrente.

Artigo 14.º

Lotes

1. Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos e artigo 46.º da Diretiva 2014/24, a não contratação por lotes é fundamentada de acordo com a alínea a) nomeadamente, quando as prestações a abranger pelo respetivo objeto forem técnicas ou funcionalmente incindíveis ou, não o sendo, a sua separação causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante.

2. Considerando a complexidade de instalação dos equipamentos pesados de imagiologia, são necessárias infra-estruturas de proteção radiológica especiais para proteção de profissionais e utentes. Deste modo e para que não ocorra erros/dificuldades técnicas, a instalação do equipamento (ressonância magnética) e a intervenção estrutural deve ser feita em simultânea e realizada de forma articulada e única para garantir a conformidade técnica e cumprimentos das normas legais e prazos.

Artigo 15.º**Critério de adjudicação**

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade multifactor densificado por um conjunto de fatores e subfactores correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, e de acordo com adequação técnica exigida, nos termos da alínea a), do n.º 1, artigo 74.º do CCP, melhor identificado no anexo VI do Programa.

Artigo 16.º**Critério de desempate**

1. Existindo empate, será utilizado como critério de desempate a proposta com maior ponderação na qualidade e caso o empate se mantenha, serão utilizados os seguintes critérios, por ordem:

- Proposta que apresente prazo de entrega, instalação e conclusão de obra, mais curto;
- Sorteio, que irá determinar a ordenação final das propostas. Para tal deve a entidade adjudicante convocar os concorrentes empatados, para a realização de sorteio, que se realizará em data e local a fixar, sendo que o mesmo irá decorrer da seguinte forma:

- a) A data, hora e local em que ocorrerá o sorteio será comunicada a todos os concorrentes empatados, através da plataforma eletrónica, com a antecedência mínima de 3 (três) dias;
- b) Será criada uma numeração de acordo com o número de concorrentes empatados;
- c) A numeração será introduzida em recetáculo opaco, de onde cada concorrente, devidamente credenciado, extrairá a numeração;
- d) Os concorrentes serão ordenados de acordo com a numeração que lhes couber;
- e) O sorteio decorrerá na presença do júri do concurso.

3. O concorrente que não comparecer ao sorteio na hora marcada será substituído por um membro do júri.

4. Do procedimento o júri lavrará ata que descreverá o ocorrido e que será lida e assinada pelo júri e pelos concorrentes presentes.

Artigo 17.º**Negociação/Leilão**

A proposta apresentada não será objeto de negociação (artigos 149.º e seguintes do CCP), nem de leilão (artigos 140.º e seguintes do CCP).

Artigo 18.º**Adjudicação, Documentos de Habilitação e Prazo de Apresentação**

1. Cabe à ULSBM, EPE notificar todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.
2. A decisão da adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes.

Artigo 19.º**Adjudicação de Proposta Apresentada por um Agrupamento**

1. Se a adjudicação recair em proposta apresentada por um agrupamento, as entidades que o compõem devem, depois de lhe ser notificada a adjudicação, mas, antes da celebração do contrato, associar-se na modalidade de Consórcio, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, em regime de responsabilidade solidária, ou em Agrupamento Complementar de Empresas.
2. O contrato de consórcio deve indicar a entidade que exercerá a função de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes referidos no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

Artigo 20.º**Documentos de habilitação**

1. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação, através da plataforma, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação referidos no n.º 81 do CCP e que a seguir se transcrevem:
 - a) Declaração emitida conforme o Anexo II do CCP que faz parte integrante do programa de concurso;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
2. No caso do concorrente propor subcontratação parcial da prestação, devem, relativamente à(s) entidades(s) a subcontratar, serem apresentados os mesmos documentos.

Artigo 21.º**Caução**

1. O valor da caução é 5% do preço contratual e será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou ainda por seguro-caução, conforme escolha do Adjudicatário e de acordo com os modelos constantes dos Anexos III e seguintes do presente programa e nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo Adjudicatário é 10% do preço contratual.
3. O Adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
4. Das condições de garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
5. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.
6. Para reforço da caução será efetuada a retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar.

Artigo 22.º**Contrato**

1. O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito sempre que for exigível.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. Salvo disposição em contrário constante da presente peça processual, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 23.º**Prevalência**

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 24.º**Despesas e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 25.º**Legislação Aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

ANEXO I**DEUCP**

1. O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), encontra-se em anexo na plataforma acinGov, sendo disponibilizado em anexo às peças do procedimento, pré-preenchido pela entidade adjudicante, sendo que para completar o seu preenchimento, devem os concorrentes selecionar as seguintes opções:

- a) “Sou um operador económico”;
- b) “Importar um DEUCP”;
- c) “Carregar documento” - selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma em formato XML;
- d) Selecionar o país do concorrente;
- e) Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- f) No final, clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “espdresponse.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardar com a designação “AnexoI_[designação_concorrente].pdf”, devendo o mesmo ser assinado e apresentado junto com os documentos da proposta.

2. O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.

Anexo II**Modelo de Declaração**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal (1)... (firma, número de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III**Modelo de Caução por Depósito em Dinheiro**

Guia de depósito n.º _____ € (euros)

Vai (1), residente/com sede (2) em (3), depositar na sede/filial/agência/delegação (2) da (4), a quantia de (5) destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento (6), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

O presente depósito corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e fica à ordem da Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

... (data)

... (assinatura)

(1) Identificação completa do adjudicatário.

(2) Eliminar o que não interessa.

(3) Morada do Adjudicatário.

(4) Identificação completa da instituição de crédito.

(5) Indicar o valor, também por extenso.

(6) Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.

ANEXO IV**Modelo de Garantia Bancária**

GARANTIA BANCÁRIA n.º _____

Em nome de (1), vem o(a) (2), pelo presente documento, prestar, a favor da Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), Pessoa Coletiva n.º 506 361 527, uma garantia bancária, até ao montante máximo de (3), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento (4), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

A presente garantia corresponde 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, para fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da Entidade Beneficiária.

Fica bem assente que o Banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, que não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à Entidade Beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela Entidade Beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

(1) Identificação completa do adjudicatário.

(2) Identificação completa da instituição garante.

(3) Identificar o valor, também por extenso.

(4) Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

ANEXO V

Modelo de Seguro - Caução

SEGURO - CAUÇÃO n.º _____ / APÓLICE n.º _____

Em nome de (1), adiante designado por Tomador do Seguro, vem a entidade (2), adiante designada por Segurador, pelo presente documento, prestar, a favor da Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), Pessoa Coletiva n.º 506 361 527, adiante designada por Beneficiário, um seguro-caução, até ao montante máximo de (3), destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento (4), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

O presente seguro corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o Segurador, sem quaisquer reservas, de fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite do valor seguro, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte do Beneficiário.

Fica bem assente que o Segurador, no caso de vir a ser chamado a honrar o presente seguro, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do Tomador, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa de que o Tomador se possa valer face ao Segurador.

O presente seguro permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Beneficiário, não podendo ser anulado ou alterado sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

(1) Identificação completa do adjudicatário.

(2) Identificação completa da instituição garante.

(3) Identificar o valor, também por extenso.

(4) Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO
ANEXO VI
MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, de acordo com o seguinte modelo de avaliação de propostas:

Factor Preço (40%)

Fator Preço (40%) Avaliação concorrente de 0 a 100	
FP_Fator Preço (40%)	$P = (25 + \left[\frac{(PB-PA)}{(0,5*PB)} \right] \times 75) \times 0,4$

Factor Qualidade/Mérito Técnico (60%)
Posição 1 – Ressonância Magnética três tesla

	Designação	Características Técnicas	Ponderação
1	Magneto		
1.1	Homogeneidade típica a 40 cm DSV (ppm)	≥ 0,3	0
		< 0,3	5
2	Performance de Gradientes		
2.1	Amplitude máxima (mT/m)	> 44	2,5
2.2	Slew rate máximo (mT/m/s)	> 200	2,5
3.	Performance de gradientes		
3.1	2D FSE/TSE TR min c/ matriz 256 (ms)	> 5	0
		≤ 5	2
3.2	EPI TR min c/ matriz 256 (ms)	> 5	0
		≤ 5	2
3.3	EPI TE min c/ matriz 256 (ms)	> 2	0
		≤ 2	2
3.4	3D FGRE/FFE TR min c/ matriz 256 (ms)	> 0.95	0
		≤ 0.95	2
3.5	3D FGRE/FFE TE min c/ matriz 256 (ms)	> 0,2	0
		≤ 0,2	2
4.	Sistema de RF		
4.1	Número de canais de receção independentes	≥ 90	5
5.	Mesa do Paciente		
5.1	Mesa totalmente amovível	Sim	5
		Não	0

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

5.2	Marcação de isocentro por pressão na própria mesa	Sim	5
		Não	0
6.	Antenas		
6.1	Bobinas flexíveis tipo manta, capazes de ser enroladas sobre si próprias sem perda de sinal e com elevada capacidade de adaptabilidade à anatomia do paciente com número de canais superior ou igual a 20.	Sim	10
		Não	0
6.2	Antenas anteriores, tipo manta, capazes de ser enroladas sobre si próprias sem perda de sinal e com elevada capacidade de adaptabilidade à anatomia do paciente com 16 ou mais canais e cobertura superior a 60 cm no sentido SI e mínimo de 50 cm Esquerda Direita (sem combinações de antenas)	Sim	15
		Não	0
6.3	Antena de mama de 16 canais preparada para biópsia.	Sim	5
		Não	0
7.	Software de aquisição		
7.1	Algoritmo de reconstrução de imagem baseado em deep learning desenhado para diminuição de ruído, aumentar razão sinal ruído e qualidade de imagem, eliminando artefactos de Gibbs e permitindo menores tempos de aquisição. Aplicável a sequências 2D, sequências EPI, 3D, gradientes de eco, mapas paramétricos T1, T2, T2* e aquisições radiais.	Sim	15
		Não	0
7.2	Algoritmo de aquisição cine de imagem cardíaca com reconstrução de imagem baseada em técnicas de subamostragem incorporando deep learning, permitindo fatores de aceleração até 12 vezes para adaptação a condições do paciente, ultrapassando limitações de soluções baseadas em compress sensing.	Sim	15
		Não	0
7.3	Técnicas de aquisição 3D Flair, T2, DIR, com correção de movimento para pacientes não colaborantes	Sim	5
		Não	0
FQ Fator Qualidade Posição 1 (30%)		Σ(1+2+3+4+5+6+7)x0,3	

Posição 2 - Tomografia Axial Computorizada

	Designação	Características Técnicas	Ponderação
1	Tamanho real do Detector Individual	$\geq 160\text{mm}$	20
		$< 159\text{mm}$	0
2	Gantry: Tempo mínimo de rotação (360°)	$\leq 0,25\text{ s}$	10
		$>0,26\text{ s} \leq 0,35\text{ s}$	5
		$> 0,35\text{s}$	0
3		$\leq 19,5\text{ms}$	10

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

	Resolução Temporal efetiva para estudos cardíacos	>19,6ms	0
4	Potência real do gerador individual	≥ 120kW	10
		>75KW e ≤119KW	5
		≤75 KW	0
5	Intensidade do gerador individual	≥ 1300mA	10
		>600mA ≤1299mA	5
		600mA	0
6	Abertura da gantry	≥ 80cm	10
		< 79 cm	0
7	Automatismo para Posicionamento do Paciente com Câmara de Auto-Posicionamento e IA	Sim	10
		Não	0
8	Resolução Espacial	≤ 0,23mm	10
		>0,28mm	0
9	Tecnologia de reconstrução da imagem DLIR (Deep Learning Image Reconstruction)	Sim	10
		Não	0
FQ_Fator Qualidade Posição 2 (30%)		Σ(1+2+3+4+5+6+7+8+9) x 0,3	

Cálculo total Fator Qualidade/Mérito Técnico: $FQ = \Sigma(\text{Posição 1} + \text{Posição 2})$